



Presidente p.2

Enaltecer a portugalidade em todo o mundo



PSD p.13

Portugal deve acolher refugiados com condições de integração

# Povo Livre



nº 1928

22 de junho de 2016

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD



## Política agrícola perdeu gás

Pedro Passos Coelho visitou a 53.ª Feira Nacional de Agricultura em Santarém



Encontro com a comunidade portuguesa no Brasil

# Enaltecer a portugalidade em todo o mundo

Portugal deve mostrar capacidade para atrair investimento externo. Esta foi a primeira mensagem dirigida pelo presidente do PSD, num evento com a comunidade portuguesa residente em São Paulo, no Brasil. “Temos a ambição de aumentar as nossas possibilidades de crescimento, mas precisamos de parceiros. Quando uma empresa não tem dinheiro para fazer investimentos, ela procura um sócio. No caso de Portugal, queremos sócios que acreditem na capacidade que temos para fazer dinheiro”, declarou na noite de sexta-feira (madrugada de sábado em Lisboa).

Num discurso que durou cerca de vinte e cinco minutos diante de uma plateia formada por empresários e membros da comunidade luso-brasileira, o líder do PSD afirmou que Portugal está numa situação melhor da que a que ele encontrou em 2011: “As dificuldades forçaram-nos a olhar o mundo de forma diferente. Hoje temos um Portugal muito mais aberto e competitivo, que depende menos do Estado do que antes”.

Pedro Passos Coelho destacou que apesar de ser presidente de um partido que faz oposição ao Governo, os seus projetos não dependem do fracasso político daqueles que estão a administrar o país: “A política tem um papel decisivo. Nós podemos ter os melhores funcionários e as melhores matérias-primas, mas se não soubermos reunir estas capacidades não atingiremos os objetivos. As nações que têm grandes lideranças políticas são aquelas com maior desenvolvimento”.

Pedro Passos Coelho lembrou que o PSD tem uma grande preocupação com os portugueses que residem fora do território: “O meu contato com as comunidades portuguesas visa sobretudo sublinhar a importância que o PSD dá, apesar de estar hoje na oposição, a esta



grande rede de ‘portugalidade’ que temos por todo o mundo”, disse.

Durante esta deslocação ao Brasil, o líder do PSD reiterou o interesse crescente das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro por Portugal: “O meu contato com as comunidades portuguesas visa sobretudo sublinhar a importância que o PSD dá, apesar de estar hoje na oposição, a esta grande rede de ‘portugalidade’ que temos por todo o mundo”.

Repetindo a mensagem que já havia levado a empresários e luso-brasileiros com quem se encontrou em São Paulo, Passos Coelho mencionou o interesse crescente que sente da comunidade que vive no exterior em relação a Portugal.

Além de exaltar a importância das comunidades portuguesas no discurso realizado no final do evento, Passos Coelho também falou brevemente sobre os problemas económicos do Brasil e de Portugal. Para o presidente do PSD, o

descontrolo dos gastos públicos foi um fator comum que desencadeou a recessão em ambos os países e, seguindo esta linha de raciocínio, salientou a importância das lideranças políticas no processo de recuperação económica. “A dívida brasileira está a aumentar como aconteceu em Portugal e quando for conhecida a real dimensão desta dívida sobrarão menos espaço para se cometerem erros. É fundamental que exista uma liderança política que dê confiança para os empresários daqui voltarem a investir, e para aqueles que estão noutra lugar também voltarem a olhar para o Brasil”, declarou.

Ao referir a situação económica de Portugal, porém, o presidente do PSD usou um tom crítico, afirmando que “a guinada política que o novo Governo fez deixou todos os investidores parados na expectativa de saber o que vai acontecer”.

“Isto preocupa-me. Sem promover investimentos temos mais dificuldade para ver a economia crescer”, disse.



## A Europa não será a mesma depois do referendo no Reino Unido

Seja qual for o resultado do referendo no Reino Unido sobre a permanência deste país na União Europeia (UE), a Comunidade irá mudar. Essa é a convicção de Passos Coelho. “Os britânicos tomarão a sua decisão soberanamente, mas esta decisão afetará toda a gente. Será necessário termos um reforço do nosso compromisso, de todos os países da UE. Seja qual for o resultado, a Europa não será a mesma depois deste referendo”, avaliou.

O ex-primeiro-ministro referiu-se brevemente sobre possíveis mudanças no projeto europeu. “A saída do Reino Unido da UE deixaria o bloco politicamente mais debilitado. Até hoje [a UE] sempre motivou o interesse de todos os países em aderirem e não em saírem. Isto significa, portanto, que precisaremos melhorar o seu funcionamento”, destacou.

O líder do PSD referiu que está pessoalmente preocupado com a decisão dos britânicos, que votam na próxima quinta-feira pela permanência ou não na UE.

“Ninguém pode ficar indiferente ao que será decidido neste referendo. Afeta Portugal e também afeta toda a Europa”, alertou.





## Comissão de inquérito à Caixa Geral de Depósitos vai ser constituída este ano

O presidente do PSD afirmou ainda que a comissão de inquérito para investigar alegados atos ilícitos na Caixa Geral de Depósitos (CGD) será constituída ainda nesta sessão legislativa. “Não depende da vontade da maioria do Parlamento constituir a comissão. Ela pode ser formada por iniciativa do meu partido. Um requerimento será ultimado nos próximos dias e a comissão vai ser formada ainda nesta sessão legislativa” afirmou, na noite de sexta-feira.

Passos Coelho declarou que o PSD defende a comissão de inquérito na CGD para gerar confiança

dentro do sistema financeiro e sistema bancário português: “O maior banco de Portugal não pode viver numa espécie de clima de suspensão. Essa ideia não vem sendo alimentada por mim ou pelo meu partido, mas pela comunicação social que está a passar notícias semanalmente que dão conta da necessidade de que haja uma capitalização muito avultada no banco”.

Passos Coelho fez questão de negar a tese de que o banco está numa posição de grande fragilidade em função de práticas comerciais desenvolvidas nos últimos anos. “Isto não é verdade. A única maneira de criarmos confiança no sistema e na própria instituição é pôr tudo em pratos limpos. Eu tenho pena que o Governo não apoie esta campanha. Mas já que isto não resulta de um intenção do Governo, o Parlamento tem a obrigação de o fazer”, destacou.

Passos Coelho viajou para o Brasil no final da semana passada, acompanhado pelo secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, e por dois deputados sociais-democratas, José Cesário e Carlos Páscoa. A comitiva esteve em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Esta visita enquadrou-se nos contactos que o líder do Partido tem vindo a realizar em Portugal e que agora se estende às Comunidades Portuguesas fora do País. O presidente do PSD teve oportunidade de reunir com empresários portugueses, bem como com a Câmara de Comércio de São Paulo e com a Federação das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil que integra todas as câmaras de comércio portuguesas no Brasil, nomeadamente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Baía, Ceará e Pernambuco.



Feira Nacional da Agricultura em Santarém

# “Política agrícola perdeu gás”

Pedro Passos Coelho deslocou-se a Santarém, no dia 11 de junho, para visitar a Feira Nacional de Agricultura/Feira do Ribatejo. Nessa manhã, o líder do PSD reuniu ao pequeno-almoço com a imprensa regional. Pedro Passos Coelho criticou o modo como o setor agrícola está a ser gerido pelo atual Governo: “Não basta ter um ministro conhecedor da área”, como acontece com Capoulas Santos, é preciso que a agricultura tenha “importância política”, havendo “consequentemente um alinhamento dos meios que são colocados à disposição do setor para que ele possa crescer”. Para o líder da oposição, o “desinvestimento” é visível com a “pouca abertura para novos avisos serem publicados e novos concursos serem lançados”, para que volte a ser colocado investimento na agricultura.

Acompanhado pelo presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal, João Machado, e pelo presidente da Distrital do PSD de Santarém, Nuno Serra, Pedro Passos Coelho destacou o contributo da agricultura para as exportações. “Foi muito importante o contributo dado por todo o setor agrícola e agroindustrial para as exportações portuguesas”, que bateram “recordes todos os anos”, afirmou, destacando ainda a inovação, a alteração tecnológica e o envolvimento de novos agricultores, com “formação avançada”, que “trouxeram a agricultura para o primeiro plano da mutação económica” que o país precisa fazer.

Lembrando que durante muitos anos a agricultura foi considerada “parente pobre das disciplinas económicas”, Passos Coelho realçou que, nos últimos anos, “sobretudo por mérito dos agricultores e suas associações”, passou para “o primeiro mundo dos setores económicos”.



Questionado sobre a participação da seleção de Portugal no Europeu, o líder do PSD desejou que Portugal “faça um bom jogo de cada vez que jogar”, destacando os “bons valores”, tanto em termos coletivos como individuais, da equipa portuguesa, que apresenta “uma boa mistura de gerações que permitirá ambicionar um bom resultado”.

## PSD admite pedir apreciação parlamentar do estatuto de gestor público

O presidente do PSD disse que vai aguardar a publicação do decreto-lei alterado em Conselho de Ministros na semana passada para analisar a alteração introduzida no gestor público. “Se ela estiver de acordo com o que foi anunciado publicamente nós não deixaremos de pedir a apreciação parlamentar dessa matéria para deixar muito claro, primeiro, que discordamos dessa decisão e, em segundo lugar, para deixar muito claro qual é o apoio que o Governo tem no parlamento, na maioria, para tomar esta decisão”.

Passos Coelho lembrou que, “até à data, pelo menos, os partidos que compõem a maioria têm discordado publicamente dessa matéria”, sublinhando ser “muito importante saber se eles estão de acordo com ela ou não e se apoiam ou não esta decisão que o Governo tomou relativamente à Caixa Geral de Depósitos”.

O líder da oposição reafirmou o seu desacordo em relação a esta decisão do Governo, afirmando que o regime de estatuto do gestor público que estava em vigor “previa que nas empresas públicas que estão em competição de mercado os gestores pudessem ser escolhidos e nomeados com remunerações que pudessem estar em linha com a média das remunerações dos últimos três anos”.

Considerando que o Governo “não tinha nenhum problema em ir ao sistema bancário e escolher bons gestores para a Caixa que não fossem penalizados salarialmente por virem trabalhar para um banco público”, Passos Coelho lamentou a “exceção” que se está a abrir para a CGD, “onde se poderão praticar os valores salariais que forem”.

Sobre as eventuais sanções europeias, Pedro Passos Coelho considera “muito significativo” que o PS não tenha conseguido o apoio do PCP e do BE quando



se procurou no parlamento chegar a uma proposta comum para rejeitar as sanções, acusando estes dois partidos de “preferirem censurar o Governo anterior a defender o país no plano externo”. “Isso é um absurdo. Espero que o Governo [usando o facto de toda a gente no parlamento estar contra as sanções] se sinta livre para falar dos resultados que atingimos, independentemente de o terem sido por um Governo que não era do PS”.

O líder do PSD sublinhou que não vê razões para que sejam aplicadas as sanções, mas põe em causa que as propostas do governo sejam suficientes para cumprir as metas orçamentais.

Passos Coelho reafirmou não ver no quadro que está definido para a aplicação de sanções “razões para que sejam aplicadas” a Portugal, porque, apesar do que representou o impacto da resolução do Banif,





decidido em dezembro do ano passado, “o país cumpriu a meta de não ter um défice superior a 3%”, o que deveria ter conduzido à “discussão da saída do procedimento por défices excessivos”.

Questionado sobre o apoio a Portugal declarado pelo Presidente francês, François Hollande, o ex-primeiro-ministro declarou-se “satisfeito por saber que a França faz essa avaliação”, mas, realçou o fato de Portugal ter “muitos amigos” e o respeito dos seus pares dentro da Europa: “É esse respeito que deve ser avaliado quando uma decisão for proposta se é que vai ser proposta alguma decisão”.

A “Fruta Portuguesa” foi o tema em destaque na 53.ª Feira Nacional de Agricultura/63.ª Feira do Ribatejo, evento que decorreu entre 4 e 12 de junho, no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Santarém. Com cerca de 180 mil visitantes, dos quais 40 mil profissionais, a Feira Nacional de Agricultura é uma das mais importantes montras do melhor que se produz em Portugal, um espaço privilegiado de contactos e negócios.



Dia de Portugal

# Manter intacta a “esperança e a determinação”

Os “pequenos tropeções” não tiram a “esperança e a determinação” em fazer do país uma referência mundial em várias áreas. Num vídeo divulgado pelo canal de YouTube do PSD, Pedro Passos Coelho dirigiu-se aos portugueses no âmbito da celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, vincando a “importância e significado maior” desta data, num “mundo globalizado”. “De certa maneira procuramos reforçar os laços entre todos os portugueses que estão espalhados pelo mundo. É muito importante que este seja um dia a pensar na coesão do país mas a pensar também na abertura que queremos fazer ao mundo e na forma como queremos que o mundo nos olhe”, sustenta o líder social-democrata.

Numa análise mais político-económica, Pedro Passos Coelho define os últimos anos como “muito intensos” e diz que foram ultrapassadas “dificuldades de grande relevo”: “Conseguimos fazer o mais difícil, lançar as sementes para que o país possa ter mais esperança no futuro”.

Depois, o líder social-democrata lembra a importância de mostrar a todos os que olham o país do exterior, nomeadamente eventuais investidores, que Portugal é “dinâmico, não se resigna”. “Isso implica sermos governados, termos também um sentido de reforma que honre os sacrifícios que fizemos e esteja ao nível das expectativas de quem no estrangeiro olha para Portugal”, adverte todavia.

E concretiza: “Espero que a situação política no nosso país possa vir a ter um desfecho diferente daquele que hoje somos capazes de acreditar. Queremos muito que possa existir uma solução política que valorize os esforços que fizemos e consiga mostrar Portugal naquilo que tem de melhor”.





Passos Coelho frisa que enquanto tal nova “solução política” não existir, Portugal “deve continuar a fazer valer” aquilo que de melhor tem, “os portugueses”. O presidente social-democrata destaca no vídeo - com aproximadamente quatro minutos - áreas como a investigação científica, o sistema de saúde e a esperança média de vida para definir Portugal como uma referência internacional em várias áreas.

“No mundo em que vivemos, que é um Mundo globalizado, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas tem ainda uma importância e um significado maior porque é o dia em que, de certa maneira, procuramos reforçar os laços entre todos os portugueses que estão espalhados pelo Mundo. A nossa rede comunitária, em Portugal e no Mundo, assume uma redobrada importância, sobretudo porque nós sabemos que se joga, no plano económico, social e no plano político muito do nosso futuro, nesse mundo globalizado em que vivemos. [...] E eu espero que neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas todos aqueles que são portugueses e que estão espalhados pelo mundo possam sentir orgulho no país e acreditar que, apesar dos pequenos tropeções, das pequenas coisas que podem não correr tão bem no dia-a-dia, que nós mantemos intacta a nossa esperança e a nossa determinação para fazer de Portugal não apenas um país mais aberto, mas um país que seja uma referência em todo o Mundo. [...] Precisamos de ser uma referência também para aqueles que querem investir em Portugal, reconhecer esta qualidade do que é português”, assinalou.

Pedro Passos Coelho marcou também presença na cerimónia militar do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.



# PSD acompanha a seleção no Euro 2016

Pedro Passos Coelho assistiu, dia 14 de junho, ao jogo de futebol entre Portugal e a Islândia, na estreia da seleção nacional no Euro 2016. Uma iniciativa que decorreu no pátio da sede nacional do Partido Social Democrata, em Lisboa, a que se associaram, também, dirigentes, deputados e funcionários do Partido. Hoje, 22 de junho de 2016, a direção do PSD irá acompanhar o jogo Portugal-Hungria.





# Jorge Moreira da Silva no Sabugal

O vice-presidente do PSD Jorge Moreira da Silva esteve, no dia 17 de junho, na sessão de tomada de posse dos órgãos concelhios do PSD do Sabugal.





## Marco António Costa no Porto

O vice-presidente do PSD Marco António Costa participou, dia 13 de junho, na conferência "Reengenharia do Estado Social", no Porto. Esta iniciativa contou também com a intervenção de Manuel Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas.



# Portugal deve acolher refugiados com condições de integração

Para Teresa Morais, Portugal deve acolher “realisticamente” os refugiados com as condições que permitam a sua integração, para que comecem o mais cedo possível a serem autónomos. “É importante que o país tenha disponibilidade e tenha esta solidariedade, mas também é importante que realisticamente acolha estas pessoas com as condições para que elas se integrem na sociedade portuguesa, se for esse o seu desejo, e comecem o mais cedo possível a serem, elas e as suas famílias, autónomas”, declarou a vice-presidente do PSD. A ex-secretária de Estado da Igualdade visitou na segunda-feira, 20 de junho, com mais cinco deputados sociais-democratas o Centro de Acolhimento e Atendimento a Refugiados do Serviço Jesuíta dos Refugiados, na Alta de Lisboa.

Segundo Teresa Morais, durante a visita, que teve como objetivo “verificar no terreno o que corre bem e o que corre menos bem no processo de integração dos refugiados em Portugal” e aconteceu no Dia Mundial do Refugiado, a delegação do PSD reuniu-se com dois grupos de pessoas que recebem o apoio do Serviço Jesuíta.

Um grupo de “reinstalados” de várias origens, explicou, veio para Portugal em novembro, no âmbito de um protocolo com o Alto Comissariado para os Refugiados. “Tinham vindo do Egito e estavam a aguardar há algum tempo a vinda para Portugal”, disse.



O outro grupo está em Portugal ao abrigo do programa de recolocação da União Europeia, acrescentou, e são pessoas que estavam já dentro do espaço da União Europeia, na Grécia e em Itália.

“Foi uma conversa muito importante para perceber qual é neste momento a opinião e perceção que têm sobre o acolhimento em Portugal”, disse a deputada do PSD, revelando que a perceção é “genericamente boa” em relação ao país e às pessoas.

Quanto às preocupações manifestadas, segundo Teresa Morais, centraram-se nas dificuldades que estão a sentir em encontrar emprego, alguma ansiedade relativamente à morosidade dos processos que envolvem as autorizações de residência e a atribuição do estatuto de refugiado, assim como dificuldades na questão do reagrupamento familiar.

Por outro lado, continuou Teresa Morais, “a barreira da língua vai ter com certeza de ser trabalhada com mais eficácia”.

# PSD/Torres Vedras quer explicações sobre mudanças na Câmara

O PSD de Torres Vedras está preocupado com a “instabilidade” política na Câmara e exigiu explicações para a renúncia ao mandato do vereador Sérgio Galvão e para as mudanças recentes na administração dos SMAS e da empresa municipal Promotorres. “O PSD de Torres Vedras manifesta preocupação pela instabilidade que se vive na Câmara Municipal desde que Carlos Bernardes assumiu a presidência”, refere um comunicado subscrito pelo presidente da comissão política concelhia, Marco Claudino, e pelos dois vereadores sociais-democratas na câmara, Hugo Martins e Luís Aniceto.

No comunicado, o PSD exige que o autarca socialista explique os motivos pelos quais “tanta gente tem vindo a sair desde que iniciou funções”, em novembro, após a renúncia ao mandato do anterior presidente, Carlos Miguel, para ir para o Governo exercer funções de secretário de Estado das Autarquias Locais.

A última saída foi a do vereador das Finanças, Administração, Recursos Humanos, Empreendedorismo e Tecnologias da Informação e da Comunicação, Sérgio Galvão, anunciada na quarta-feira e com efeitos a partir de outubro, ocasião em que Cláudia Horta Ferreira passa a integrar o

executivo. Também o diretor de produção, Sérgio Lopes, foi demitido.

Com a renúncia ao mandato do anterior presidente da câmara, em novembro, também o conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) teve alterações, saindo Carlos Miguel e Sérgio Galvão, mantendo-se Carlos Bernardes e entrando a atual vice-presidente da câmara, Laura Rodrigues, e o atual vereador Hugo Lucas. Com a saída de Carlos Miguel, o executivo passou a ser presidido pelo até então vice-presidente, Carlos Bernardes.



## Atrasos nos apoios a empresas do Alto Minho

Os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Viana do Castelo alertaram para os “atrasos” na atribuição de fundos comunitários do programa Portugal 2020 às empresas do Alto Minho. “Os empresários estão à espera, com investimentos avultados pendentes. Não sabem o estado das coisas e isto pode colocar em causa empreendimentos no Alto Minho”, expressou a deputada Emília Cerqueira, citada num comunicado divulgado à imprensa.

A posição dos deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo surge na sequência de visitas realizadas a empresas, “de referência nacional”, a laborar no concelho de Ponte de Lima, sem especificar quais. “Registamos as queixas dos empresários que dizem sentir as coisas paradas com este Governo, quando anteriormente sentiam a economia a ser relançada”, acrescentou Emília Cerqueira.

De acordo com aquela responsável, o PSD “está preocupadíssimo com a situação económica portuguesa”. “Esta preocupação revela-se nas 222 medidas que o PSD apresentou para o desenvolvimento do país. O PSD é um partido responsável e de governação e a situação das empresas que são o motor da economia e da criação de emprego é algo a que estamos atentos, numa altura em que verificamos os índices a revelar uma queda da economia”, frisou Emília Cerqueira, citada naquela nota.

# Comissão de Inquérito à CGD serve para apurar a responsabilidade de governos e administrações



O líder da bancada social-democrata anunciou que o PSD vai impor a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar para “apurar responsabilidades de governos e de administrações” em relação à Caixa Geral de Depósitos (CGD). Este anúncio foi feito por Luís Montenegro durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro, António Costa, no parlamento.

“Por que se faz uma comissão para os outros bancos e para a CGD não? O PS e o PSD têm medo de fazer aqui um inquérito porquê?”, questionou o presidente do grupo parlamentar social-democrata, citando os anos de 2007, 2008 - quando o PS estava no Governo - como um período de “má gestão” no banco público.

Lamentando a pouca vontade do primeiro-ministro em esclarecer o parlamento e os portugueses sobre a situação da Caixa Geral de Depósitos, Luís Montenegro aproveitou a presença de António Costa no debate quinzenal para questionar se o Governo vai ou não injetar mais de 4 mil milhões de euros dos contribuintes na CGD.

“Por isso, senhor primeiro-ministro, eu quero aqui anunciar de forma clara e solene: vai haver uma comissão de inquérito para analisar no parlamento toda esta situação e a sua evolução. Os parlamentares do PSD, pelo menos, vão requerer nos termos da lei a constituição imediata e obrigatória de uma comissão de inquérito que possa aferir e apurar responsabilidades de governos e de administrações”, acrescentou.

Luís Montenegro argumentou que os portugueses “têm direito a saber o que é que se passou na CGD e porquê estas necessidades de hoje”. “É muito dinheiro, senhor primeiro-ministro. Temos de compreender muito bem como é que a Caixa chegou a esta situação”, defendeu.

Logo no início da sua intervenção, o líder parlamentar do PSD falou em “negócios ruins e especulativos” na CGD durante os tempos em José Sócrates foi primeiro-ministro, e associou António Costa a essa governação, dizendo-lhe que “pertenceu” e “apoiou” esse Governo.

O líder parlamentar do PSD questionou qual o plano do Governo, o que é que o Governo pretende fazer com os ativos da CGD e com os recursos humanos. “É verdade que o modelo de governação da Caixa vai mudar? É verdade que o Conselho de Administração vai passar a ter mais 50% de membros? E quem é que está a falar a verdade, é o Secretário de Estado do Tesouro, que na segunda-feira disse que este processo estava na fase preliminar, ou é o senhor Primeiro-Ministro, que disse ontem que já está na fase dos ‘finalmentes’? Entenda-se e digam ao país a verdade”, apelou o social-democrata.

Perante as afirmações da bancada do PCP e para evitar deturpações da esquerda, o deputado frisou que “o PSD entende que não está em causa a natureza pública da CGD, não vale a pena virem com essa cortina de fumo para fugir à discussão que interessa ao país. Sempre que os senhores não querem discutir mandam essas atoardas para ver se desviam as atenções”.

Perante a ausência de respostas do chefe do Governo, Luís Montenegro repetiu as perguntas feitas e questionou ainda se é ou não verdade que a quase totalidade do crédito malparado que está na CGD, e que é uma das razões para a necessidade de recapitalização, foi decidido num tempo em que as decisões emanavam de um Governo a que António Costa pertenceu.

Deputados de PSD e CDS-PP assinaram o texto que pede a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a Caixa Geral de Depósitos, iniciando-se agora o processo de formalização da comissão. O texto entregue, dia 20 de junho, no parlamento foi apresentado aos jornalistas pelo líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, numa conferência de imprensa em que esteve ladeado pelo também deputado social-democrata António Leitão Amaro e pelo vice-presidente do CDS-PP Adolfo Mesquita Nunes.

“O parlamento e o país não podem ser considerados, como estão a ser pelo Governo e partidos que o suportam, como uma verdadeira conservatória de registos”, vincou Luís Montenegro, que exigiu esclarecimentos em torno da recapitalização da entidade mas pediu também, no objeto da comissão parlamentar, que se avalie o processo e “efetivas necessidades de injeção de fundos públicos” na Caixa.

O apurar de práticas de gestão no banco desde o ano 2000 é também matéria que o PSD quer explorar na comissão de inquérito, que atravessará “várias administrações [da CGD] e vários governos”.

“Nunca quisemos nem queremos que esta seja uma comissão de inquérito aos governos do PS”, sustentou o líder parlamentar social-democrata. E insistiu: “Não estamos aqui a direcionar o inquérito a nenhum governo em especial nem a nenhuma administração em especial”.

O PSD diz-se “absolutamente convencido” de que a comissão “entrará em funcionamento ainda antes do encerramento dos trabalhos nesta sessão legislativa”, na reta final de julho, e assinala que o intuito da mesma “não é enfraquecer nem prejudicar” o sistema financeiro português, muito menos o banco público do país.

Os líderes de PSD e do CDS-PP, Pedro Passos Coelho e Assunção Cristas, bem como a antiga ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, estão entre os parlamentares que assinam o pedido de constituição da comissão de inquérito.

## As 30 perguntas que o PSD enviou ao primeiro-ministro

As notícias sobre a Caixa Geral de Depósitos vão referindo, por um lado, que o Governo quer injetar mais de 4.000 milhões de euros na Caixa, mas por outro que as necessidades de capital do banco serão muito inferiores a esse montante. A confirmar-se tal intenção, o atual Governo prepara-se para, em pouco mais de seis meses, injetar mais de 7.000 milhões de euros dos contribuintes no sistema financeiro, seguindo sempre um padrão de falta de transparência e muito duvidosa equidade na repartição dos sacrifícios. Quer no caso BANIF, quer neste processo da CGD, o Governo persiste na falta de transparência quanto às necessidades e justificações para as suas escolhas que impõem tão elevados custos aos portugueses, mas também num critério que remete para os contribuintes todos os sacrifícios, salvaguardando outros interessados.

A Caixa Geral de Depósitos é o banco público e o maior banco nacional.

No debate quinzenal do passado dia 27 de maio o Senhor Presidente do PSD, Dr. Pedro Passos Coelho, questionou o Senhor Primeiro Ministro sobre as evoluções e planos do Governo para a CGD. Questionou designadamente: “o que é que o governo tenciona fazer com a capitalização da Caixa Geral de depósitos? Os jornais têm falado na necessidade de capitalizar em quase 4 mil milhões de euros a CGD, que é um valor para o qual eu não encontro nenhuma explicação. Se isso fosse extrapolável para o resto do sistema financeiro, pensaríamos que o sistema precisaria de um reforço de cerca de 20 mil milhões de euros – o que será um bom caminho para que o senhor primeiro-ministro possa ser responsável pela grave crise do sector bancário. Gostaria que começasse a dizer mais coisas do que aquelas que os jornais dizem com o consentimento do governo.”

Infelizmente, e como já vem sendo hábito (nada saudável!), o Senhor Primeiro Ministro não respondeu a essas questões.

As notícias vão referindo, por um lado, que o Governo quer injetar mais de 4.000 milhões de euros na Caixa, mas por outro que as necessidades de capital do banco serão muito inferiores a esse montante. A confirmar-se tal intenção, o atual Governo prepara-se para, em pouco mais de seis meses, injetar mais de 7.000 milhões de euros dos contribuintes no sistema financeiro, seguindo sempre um padrão de falta de transparência e muito duvidosa equidade na repartição dos sacrifícios. Quer no caso BANIF, quer neste processo da CGD, o Governo persiste na falta de transparência quanto às necessidades e justificações para as



suas escolhas que impõem tão elevados custos aos portugueses, mas também num critério que remete para os contribuintes todos os sacrifícios, salvaguardando outros interessados.

Recorde-se que já no ano de 2015 foi a decisão do novo Governo em final de dezembro no sentido de injetar um – ainda inexplicado – montante correspondente a 1,4% do PIB que impediu que Portugal saísse do Procedimento por Défices Excessivos, visto que sem esta medida extraordinária o défice nominal foi de 3,0%, conforme apuraram as autoridades estatísticas (INE e EUROSTAT).

Na passada semana surgiram novas notícias de que o Governo já terá mesmo apresentado à Comissão Europeia uma proposta de capitalização e um plano de reestruturação para a CGD. Contudo, o Governo continua a esconder dos portugueses e do Parlamento toda e qualquer informação, mesmo tratando-se do grande banco público e de utilizar mais milhares de milhões de dinheiro dos contribuintes.

Estranho será também e a confirmar-se o relatado pela comunicação social, que a preparação das medidas de capitalização e de reestruturação do banco não esteja a ser feita com o envolvimento da Administração em funções, estando pelo contrário a ser preparada com um conjunto de pessoas que – ainda que sendo putativos candidatos – não foram (ainda?) nomeados administradores, nem aceites e registados pelo regulador.

Ficou-se também a saber que a 9 de junho o Governo decidiu eliminar os tetos salariais dos administradores da Caixa (que tinham sido estabelecidos pelo anterior Governo PSD/CDS), permitindo agora um aumento muito significativo nas remunerações dos novos administradores do banco público.

A importância de toda esta problemática da CGD para os Portugueses e o enorme impacto que terão os alegados planos do Governo exigem um pronto e cabal esclarecimento: ao Parlamento, aos Deputados que questionam o Governo e aos Portugueses.

Nestes termos, os Deputados do Partido Social Democrata abaixo-assinados solicitam ao Senhor Primeiro-Ministro que responda às seguintes questões relativas à situação e intenções do Governo relativamente à Caixa Geral de Depósitos:

### I) Ponto de Situação da CGD

1. Qual o ponto de situação financeira e de cumprimento dos rácios e parâmetros legais e regulamentares pela CGD?

2. Confirma que nos últimos 5 anos a CGD registou uma evolução favorável em termos de reestruturação interna e de recuperação dos rácios financeiros e operacionais? (esta informação é relevante na medida que com a recuperação de rentabilidade a CGD tem capacidade de gerar capital de forma orgânica através de incorporação do resultado líquido em capital próprio)

3. Confirma que as maiores dificuldades da CGD ao nível de imparidades, créditos não “performantes”, em incumprimento ou reestruturados, são relativas a operações de crédito ou outras que foram originadas no período entre 1999 e 2010?

### II) Capitalização

4. Qual o montante das efetivas necessidades de capital da CGD face às regras vigentes e aplicáveis?

5. Qual o montante de fundos públicos que o Governo pretende ou prevê injetar na CGD, independentemente da sua forma ou título?

6. Confirma que o Governo pretende realizar uma capitalização em montante largamente superior ao das necessidades de capital da CGD? Se sim, como justifica que os contribuintes portugueses tenham de fazer esse esforço tão mais elevado?

7. Em que modalidade pretende o Governo concretizar esta capitalização (tipo de operação, tipo de títulos ou instrumentos emitidos, identidade dos tomadores desses títulos, alternativas ponderadas e respetivos impactos, etc.)?

### III) Reestruturação

8. Confirma que o Governo apresentou às instituições europeias um plano de reestruturação para a CGD?

9. Quais as principais medidas que constam do plano de reestruturação da CGD preparado pelo Governo?

10. A reestruturação proposta pelo Governo prevê a redução da implantação territorial nacional e/ou internacional da CGD? Se sim, qual?

11. A reestruturação proposta pelo Governo prevê a redução do número de trabalhadores da CGD? Se sim, quantos?

12. No âmbito da reestruturação proposta pelo Governo que partes / ativos do Grupo CGD se pretende privatizar?

13. Confirma que a proposta de capitalização e o plano de reestruturação estão a ser preparados pelo próprio Governo, com o apoio dos putativos futuros administradores que o Governo pretende nomear? E qual o grau de envolvimento da atual administração na preparação desses planos e propostas?

14. Qual a articulação que o Governo tem realizado com o Banco de Portugal nesta matéria? Qual a posição do Banco de Portugal sobre as medidas de capitalização e de reestruturação da CGD?

### IV) Negociações com as instituições europeias

15. Qual o ponto de situação das negociações com as instituições europeias, em particular DG-Comp e autoridades de europeias de supervisão, relativamente a estes novos processos de capitalização e de reestruturação da CGD?

16. As autoridades europeias condicionam a capitalização da CGD à aplicação de fortes medidas de reestruturação do banco? Se sim, quais?

### V) Impacto nas contas públicas e no cumprimento das regras orçamentais

17. Qual o impacto das medidas de capitalização da CGD nas contas públicas, designadamente no défice (nas óticas de contabilidade pública e de contabilidade nacional) e na dívida?

18. Pode garantir que esta operação com a CGD não colocará em causa o cumprimento das regras orçamentais a que Portugal se obrigou, nem impedirá Portugal de sair do Procedimento Por Défices Excessivos em 2016?

### VI) Governação: modelo, composição e remunerações

19. Confirma que o Governo pretende alterar o modelo de Governação da CGD? Se sim, que mudanças pretende introduzir?

20. Confirma que pretende aumentar o número de administradores da CGD? Se sim, qual a racionalidade económico-financeira para esse aumento, que implica importantes custos adicionais?

21. Em que ponto se encontra o processo de nomeação dos novos órgãos societários da CGD? Qual a explicação para a demora do Governo no processo?

22. Confirma as informações de que alguns órgãos sociais da CGD se encontram incompletos e já não conseguem cumprir, ou estão em risco iminente de incumprir, o quórum mínimo de funcionamento e/ou de deliberação?

23. Porque decidiu agora o Governo eliminar os tetos salariais para os administradores da CGD, que são simultaneamente uma medida de racionalização de custos na respetiva estrutura bancária, mas também de respeito da gestão do banco público perante os portugueses como contribuintes e acionistas?

24. Qual a coerência entre esta decisão de eliminar os tetos salariais dos administradores CGD e as posições políticas anteriores dos partidos da atual maioria parlamentar relativamente à limitação das remunerações dos gestores públicos?

25. Como justifica a alegação de que “não é suficientemente competitiva” a regra atualmente em vigor para os tetos salariais, segundo a qual os administradores podem auferir uma remuneração igual à média dos últimos três anos anteriores?

26. Se esta regra (remuneração igual à média dos últimos três anos) já permite que um administrador da CGD tenha uma remuneração equiparada à sua remuneração anterior, que mais se pretende conceder? E porquê?

27. O Senhor Ministro das Finanças procurou transmitir que as decisões do Governo relativas à Administração teriam sido impostas pelo Banco Central Europeu. Confirma que existiram instruções do BCE que o Governo cumpriu? Se sim, solicita-se o envio da documentação do BCE com tal determinação.

### VII) Carta de Missão

28. Concorda o Governo com o conteúdo e as orientações definidas na Carta de Missão?

29. Qual a intenção do Governo relativamente à atual Carta de Missão da CGD? Prepara alguma alteração? Se sim, o quê?

30. Pretende o Governo manter o comportamento do anterior Governo PSD/CDS que se absteve de influenciar ou intervir nas decisões concretas de crédito da CGD, nem tentou instrumentalizar a CGD para participar ou auxiliar projetos políticos ou empresariais sem racionalidade económica, como foi tão patente durante o anterior Governo do Partido Socialista?

# PSD exorta Governo a avançar com rotulagem obrigatória do leite

O deputado social-democrata Nuno Serra exortou o ministro da Agricultura a avançar com a rotulagem obrigatória no leite, perante a autorização de Bruxelas ao pedido apresentado pela França. Nuno Serra, membro da Comissão parlamentar de Agricultura e Mar, afirmou que, perante o anúncio de que Itália vai avançar para a rotulagem, o Governo “só tem que apoiar o projeto do PSD”, para o país “não ficar atrás, com outros a terem denominação de origem e Portugal não”. “Portugal podia ter sido pioneiro se o senhor ministro tivesse entendido esta matéria como prioritária”, afirmou o deputado, que participou no seminário que discutiu as questões do “Greening” na Feira Nacional da Agricultura, em Santarém.

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, manifestou ser favorável à rotulagem do leite destinado ao consumo humano, constante do projeto de lei entregue pelo PSD no parlamento, mas avisou que um Estado-membro não pode decidir “por si só” e depende sempre da autorização de Bruxelas. “Neste momento,

tenho sérias dúvidas de que a Assembleia da República tenha poder legal para poder produzir uma norma com carácter obrigatório. Admito que o assunto deva ser apresentado e que devamos seguir a França no sentido de, se necessário, pedir autorização comunitária para o fazer e se houver uma decisão favorável para a França não pode haver uma decisão desfavorável para qualquer outro Estado-membro”, declarou, na altura, o ministro.

Nuno Serra referiu ainda as “inúmeras queixas” que ouviu nos contactos que manteve hoje com produtores sobre os atrasos no pagamento de fundos comunitários, tanto nas ajudas diretas como nas ajudas ao investimento, sublinhando a importância deste financiamento para a competitividade da agricultura portuguesa.

“É preciso que o senhor ministro esclareça urgentemente o que se passa”, insistiu Nuno Serra.



# Mais apoio para os doentes deslocados

O líder do PSD/Açores acusa o governo regional de dar “com uma mão” e retirar “com a outra”, quando alterou o regime de apoio aos doentes deslocados e aos seus acompanhantes. “Em 80% dos casos, a soma dos apoios ao doente deslocado e ao acompanhante é menor do que era antes da alteração que o governo regional fez. Estes doentes que saem das ilhas, em particular das que não possuem hospital, à procura de cuidados de saúde, acabaram prejudicados”, afirmou Duarte Freitas, em Santa Cruz das Flores.

O dirigente social-democrata, que visitou o centro de saúde local, referiu que pretende “aumentar os apoios aos doentes deslocados e aos seus acompanhantes e eliminar a limitação do apoio aos transportes terrestres usados por estes”.

Duarte Freitas assegura que, se o PSD/Açores vencer as eleições legislativas deste ano, vai “eliminar” o limite de dez euros de apoio à utilização de transportes terrestres pelos pacientes. “Neste momento há uma limitação de dez euros no apoio. Isto faz com que muitos doentes deslocados, que já se encontram em situação de fragilidade, tenham de pagar do seu bolso o transporte terrestre fora da sua terra”, referiu o presidente social-democrata açoriano.

Duarte Freitas comprometeu-se a criar também “mais apoios sociais e humanos no terreno para os doentes que saem das ilhas mais pequenas e para todos os que têm de sair da região” devido a problemas de saúde. “Vamos oferecer outra dignidade aos doentes deslocados, para que possam ter apoios financeiros compatíveis e apoios humanos que os ajudem nesses momentos difíceis das suas vidas”, indicou.

## Suspensão do pagamento especial por conta aos lavradores

O líder do PSD/Açores defende a suspensão do pagamento especial por conta aos lavradores, que correm o “risco de insolvência” devido à crise no setor do leite e apresentou um pacote de medidas para o setor. “Fica aqui o repto ao Governo da República e ao governo regional para que, independentemente de ser o PSD/Açores a propor e a lembrar, façam o que for necessário fazer de maneira a acertar a questão da segurança social e suspender o pagamento especial por conta dos lavradores agora em julho”, declarou Duarte Freitas.

O dirigente social-democrata falava em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, em conferência de imprensa, onde apresentou um pacote de medidas que pretende implementar no setor agrícola se vencer as eleições legislativas regionais dos Açores, que terão lugar ainda este ano.

Duarte Freitas defendeu que há que agir “de imediato” porque há agricultores que se encontram em “risco de insolvência” na região, que não podem esperar pelas eleições regionais e que precisam que se lhes “dê a mão rapidamente”.



A primeira tranche do pagamento especial por conta, a 20 de julho de 2016, por parte dos lavradores representa, segundo Octávio Torres, especialista em agricultura do PSD/Açores, que acompanhou Duarte Freitas no encontro com os jornalistas, cerca de 1,8 milhões de euros.

O presidente da Federação Agrícola dos Açores (FAA) voltou a defender, no grupo de trabalho da Assembleia da República para o setor leiteiro, na sequência da liberalização do regime de quotas no espaço comunitário, que se deve suspender o pagamento por conta aos produtores, que está a ser calculado com base em valores de 2014.

O líder social-democrata identificou como medidas do pacote do partido para fazer face à crise no setor a criação de programas que visam apoiar a promoção e valorização dos produtos açorianos nos mercados, a par da reestruturação da rede de transportes inter-ilhas, visando torná-la mais eficaz.

Duarte Freitas identificou como outras medidas o desenvolvimento de ações junto dos grandes distribuidores para que os produtos açorianos estejam presentes nas lojas onde os consumidores os compram.

“Vamos criar um quadro de apoio às produções agrícolas locais para diminuir importações e criar emprego, bem como um programa para a investigação e desenvolvimento de novos produtos e serviços de qualidade”, disse o presidente social-democrata no arquipélago.

Duarte Freitas assegurou que um governo social-democrata açoriano, em seis meses, vai criar um “lobby” dos Açores em Bruxelas, com representação da agricultura, bem como com uma estrutura interprofissional para “dirimir e distribuir de forma mais justa as mais-valias” da fileira do leite, entre outras medidas.

# Carências agrícolas na Ilha de Santa Maria

Os deputados do PSD/Açores à Assembleia da República, Berta Cabral e António Ventura, alertaram para as carências da ilha de Santa Maria, nomeadamente ao nível da agricultura, pois “a crise que se faz sentir no setor está a atingir níveis extremamente preocupantes em todas as ilhas, e Santa Maria não é exceção”. Além dos problemas que afetam todo o setor pecuário, os produtores marienses deixaram de poder exportar carne de bovino para a Madeira, devido a constrangimentos nos transportes marítimos. E o governo regional nada faz para resolver estas dificuldades”, referem em nota enviada à comunicação social.

Berta Cabral e António Ventura exigiram “mais proatividade do governo regional e do Governo da República para, enquanto é tempo, se encontrarem soluções que compensem e mitiguem os impactos negativos que se sentem no rendimento dos agricultores açorianos”.

Os deputados social-democratas constataram ainda que a economia da ilha “foi extremamente penalizada com a greve no Porto de Lisboa”, cujos reflexos se revelaram muito gravosos para os empresários dos Açores.

Isso foi-lhes transmitido “por vários operadores, que confirmaram acréscimos de custos da ordem dos 40% nos contentores que tiveram que ser encaminhados para outros portos durante a referida greve. Uma greve que causou centenas de milhares de euros de prejuízo à economia de Santa Maria”, frisaram.

A visita incluiu contatos com diversas instituições e forças vivas da ilha, “procurando auscultar as pessoas, numa lógica de proximidade e de disponibilidade para as ouvir, e encaminhar os seus problemas para as instâncias competentes, de forma a encontrar soluções que estejam ao alcance das nossas competências”, disseram.

Berta Cabral e António Ventura também reuniram com o presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, assim como com outros eleitos locais, designadamente a Junta de Freguesia de Vila do Porto, tendo em vista conhecer a cooperação com o poder regional e a descentralização de competências, cujo processo está na ordem do dia na Assembleia da



República. “Ficamos ainda a par da execução em curso dos Fundos Comunitários, aferindo o cumprimento da lei de finanças locais e os desafios futuros que se colocam ao poder local mariense”, explicaram.

As instalações e os recursos humanos e materiais dos serviços do Estado na ilha também mereceram especial dos parlamentares, que consideram “urgente” resolver as questões relacionadas com os serviços locais de Finanças.

“Tivemos ainda a oportunidade de constatar o descontentamento dos moradores das habitações da antiga ANA, EP, que passaram para a propriedade da Região durante o governo de Passos Coelho. Sendo que o Governo Regional ainda não conseguiu proceder à sua alienação às famílias de Santa Maria”, concluíram.



# povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1018 • 26 DE ABRIL 1995 • PREÇO 100\$00



Fernando Nogueira no Conselho Nacional

## A maioria absoluta é um valor insubstituível para o futuro de Portugal

*Para ganharmos as eleições legislativas temos que assentar nos seguintes pressupostos: unidade do Partido, uma boa acção governativa e a consciência de que em Outubro se vai iniciar um novo ciclo político em Portugal. Um novo ciclo político, desde logo porque, ao contrário de 1987 e 1991, em 1995 existe uma crise europeia que ainda não está completamente ultrapassada*

5 a 8

Cerimónia na AR  
PSD celebra  
25 de Abril  
com sentido  
de futuro 2

Grande Festa  
em Coimbra  
Dia 6 de Maio  
XXI ANIVERSÁRIO  
DO PSD

Edição n.º 1018 do "Povo Livre", de 26 de abril de 1995. Manchete: "Fernando Nogueira no Conselho Nacional: A maioria absoluta é um valor insubstituível para o futuro de Portugal". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".



# A oportunidade da revolução tecnológica no contexto pós-troika

Jorge Moreira da Silva (\*)

As tensões a que temos assistido ao nível daquilo que se convencionou designar por economia da partilha - entre Uber e táxis, Airbnb e hotéis, Spotify e editoras, LinkedIn e empresas de recrutamento, Tesla e automóveis convencionais, Car2Go e aluguer de automóveis, TripAdvisor e agências de viagem - incide apenas sobre a parte visível de um enorme iceberg.

Aquilo que verdadeiramente está em causa é o início de um debate sobre as implicações, na sociedade, na economia e no território, de uma nova vaga tecnológica que envolve a disrupção em diversas áreas científicas, como as tecnologias de informação e comunicação, a inteligência artificial, a impressão 3D, os veículos não tripulados, os novos materiais, a robótica, a genómica, o armazenamento de energia, a biotecnologia e as novas energias renováveis.

São cada vez mais evidentes os sinais, por um lado, de obsolescência e de falência de antigos negócios e, por outro, de nascimento e crescimento acelerado de outros negócios e empresas. Esta revolução tecnológica coloca desafios sem precedentes - tanto pela combinação de várias tecnologias como pela velocidade a que ocorre - a determinados modelos de negócio e ao próprio mercado de trabalho.

Os incumbentes estão em risco e os unicórnios multiplicam-se.

A nossa capacidade para superar os riscos e maximizar as oportunidades depende, antes de mais, de uma estratégia focada no conhecimento, empreendedorismo e na inovação. Disso são já exemplo as várias “start-up” de base tecnológica criadas por empreendedores portugueses, assim como a bem sucedida reconversão em sectores tradicionais.

Por outro lado, ao mesmo tempo que gera ganhos de produtividade na economia e melhora a vida de milhões de cidadãos, esta revolução tecnológica interpela-nos em matérias como a bioética, a privacidade e a segurança. Logo, não está apenas em causa perceber as implicações da revolução tecnológica na economia e nos mercados. A nossa análise tem também de incidir sobre as implicações na sociedade e nos mecanismos de regulação.

Temos de preparar Portugal para esta revolução tecnológica.

Nesta transformação mundial, queremos seguir ou queremos liderar?

Por essa razão, a Plataforma para o Crescimento Sustentável, que fundei, em 2011, com outros 400 membros, e que, em 2012, já tinha lançado o Relatório “Uma Visão Pós-troika”, decidiu agora publicar um relatório sobre os desafios da revolução tecnológica. Este trabalho iniciado, em 2015, ainda sob a liderança de Carlos Pimenta, envolveu, durante mais de um ano, um notável trabalho de investigação, liderado por António Grilo, professor da Universidade Nova de Lisboa.

Dessa investigação resultou a publicação do Relatório “Game Changers - Surfing the wave of technology disruption”, cuja apresentação teve lugar, há três semanas, no Teatro Circo em Braga, na presença de 500 cientistas e quadros de empresas.

O nosso Relatório procura responder a 3 questões fundamentais: De que forma as tecnologias disruptivas afetarão, em Portugal, as empresas, a sociedade, os mercados, a legislação e a regulação? Quais as competências de que necessitamos para “surfear” de forma competente e vencedora esta vaga tecnológica, gerando crescimento e emprego? Quais as reformas necessárias no sistema científico, nas empresas e no Estado?

O Relatório “Game Changers” constitui, pois, não apenas o primeiro estudo publicado em Portugal sobre os impactos e as oportunidades da nova vaga tecnológica como procura, adicionalmente, dar um contributo português para o debate internacional sobre a 4ª revolução industrial. Quais são as principais recomendações deste Estudo?

Em primeiro lugar, precisamos de um pacto educativo - ambicioso, estável e previsível - para o reforço das competências científicas e tecnológicas dos mais jovens, num contexto de parceria entre academia, grandes empresas e start-ups. O sistema educativo deve contribuir, ainda, para o desenvolvimento das competências de toda a sociedade na área digital, em especial, ao nível da reconversão e atualização dos trabalhadores dos sectores da indústria e dos serviços.

Em segundo lugar, precisamos de basear a nossa política industrial numa rede de ecossistemas de inovação. Mais do que adotar uma estratégia caracterizada pela lógica do “cada um por si” ou pela perspectiva ilusória de que um país da dimensão de Portugal se pode afirmar internacionalmente adotando abordagens de economia de escala (e não de economia de rede), temos de desenvolver novos clusters tecnológicos a partir de verdadeiros ecossistemas de inovação que agreguem, sob a mesma estratégia de colaboração, inovação e internacionalização, grandes empresas, start-ups, universidades, institutos politécnicos e sistema financeiro.

Em terceiro lugar, temos de fazer do empreendedorismo, da inovação e da abertura à mudança, competências transversais a todos os sectores e cidadãos, e não apenas atributos das novas empresas. Em especial, porque, verdadeiramente, o que determina os vencedores do “jogo” são as pessoas e não as tecnologias.

Finalmente, é fundamental remover as barreiras regulamentares e administrativas à digitalização da economia. A administração pública deve liderar pelo exemplo, não só ao nível da utilização de tecnologias de dados abertos no relacionamento do Estado com as empresas e com os cidadãos, como é o caso da iGeo.pt, mas também da adoção de estratégias de digitalização de todos os processos internos e dos serviços prestados, tendo sempre em atenção a necessidade de acautelar o apoio aos cidadãos com menores competências na economia digital.

Em resumo, temos de, rapidamente e num contexto de abrangência e compromisso, definir as estratégias e as políticas públicas capazes de posicionar Portugal como um dos vencedores desta nova revolução industrial.

Até porque, no quadro desta revolução industrial, a centralidade dos países não depende da geografia, mas antes da ousadia, e a competitividade dos países não depende dos recursos naturais, do trabalho e capital intensivos, mas antes da criatividade, do conhecimento e da inovação. Essa circunstância não torna a competição mais simples. Mas torna-a, pelo menos, mais justa.

Esta é a nossa oportunidade. Não a podemos perder como aconteceu com as três revoluções industriais anteriores.

(\*) Presidente do “think-tank” Plataforma para o Crescimento Sustentável

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



### ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Aprovação das contas de 2015
- 3 - Entrega de Cartões a novos militantes
- 4 - Outros assuntos de interesse

### ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arganil para reunir, no próximo dia 03 de Julho de 2016, (domingo) pelas 15h30, no Salão da Junta de Freguesia, sito em Pomares, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

### BENEDITA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Benedita para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Junho de 2016, (quarta-feira) pelas 21h30, na Associação Cultural Amigos da Fonte Mariana - Moinhos Novos - Benedita, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Autárquicas 2017
- 3 - Outros assuntos

### LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagos para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Soeiro da Costa, 48 - 50, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Situação política nacional e regional
- 2 - Academia do poder local
- 3 - Agenda política local
- 4 - Levantamento de problemas e assuntos de interesse local

### MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Junho de 2016, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Recepção a novos militantes
- 2 - Análise da situação política nacional, regional e local
- 3 - Actividades da CPS-Mafra e Gabinetes de Apoio
- 4 - Assuntos diversos

### NOGUEIRA DE REGEDOURA / NUCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de Nogueira da Regedoura, para reunir, no próximo dia 24 de Julho de 2016, (domingo) pelas 10h00 na antiga sede da Junta de Freguesia, sita na Av. Sto. Cristóvão n.º1191, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

**Notas**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, 18 - Santa Maria da Feira, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 10h00 às 13h00

### ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir, no próximo dia 29 de Junho de 2016, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua dos Combatentes do Ultramar, 20 -B, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

### PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Porto, para reunir, no próximo dia 30 de Junho de 2016 (quinta-feira), pelas 21h15 no auditório Horácio Marçal - Junta de Freguesia de Paranhos, sito na Rua Álvaro Castelões, n.º 811, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação Política

### PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral activa para os Órgãos Distritais, para conforme a respectiva Secção de inscrição em que militem, reunirem em Assembleia, no próximo dia 23 de Julho de 2016 (Sábado), pelas 15h00, em todas as sedes das Secções do Distrito do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos Órgãos Distritais do PSD do Porto

- 1 - Mesa da Assembleia Distrital
- 2 - Comissão Política Permanente Distrital
- 3 - Conselho de Jurisdição Distrital
- 4 - Comissão Distrital de Auditoria Financeira
- 5 - Delegados de Secção à Assembleia Distrital

**Local de votação**

- Amarante** - Ed. do Salto - Sta. Luzia - Amarante
- Baião** - Rua de Camões - Baião
- Felgueiras** - Rua Luis de Camões - Felgueiras
- Gondomar** - Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, 31 - Gondomar
- Lousada** - Rua do Tojeiro, 121 (Silvares) - Lousada
- Maia** - Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987 - Maia
- Marco de Canaveses** - Largo. Sacadura Cabral, 10 - Marco de Canaveses
- Matosinhos** - Rua Mouzinho de Albuquerque, 98 - Matosinhos
- Paços de Ferreira** - Av. dos Templários, 309 Dto. - Paços de Ferreira
- Paredes** - Rua 1.º Dezembro - Paredes
- Penafiel** - Rua "O Penafidense", 9 -1.º Dto. - Penafiel
- Porto** - Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto
- Póvoa de Varzim** - Praça. do Almada, 7 Esc. 1 - Póvoa do Varzim
- Santo Tirso** - Largo Coronel Batista Coelho - Santo Tirso
- Trofa** - Rua Camilo Castelo Branco, 222 - Trofa
- Valongo** - Av. Rodrigues de Freitas, 870/880 - Ermesinde

**Vila do Conde** - Praça da República, 7 - Vila do Conde  
**Vila Nova de Gaia** - Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 - V.N. Gaia

**Notas:**

- As listas para a Mesa da Assembleia Distrital, Comissão Política Permanente Distrital, Conselho de Jurisdição Distrital e Comissão Distrital de Auditoria Financeira deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto;
- As listas de Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção respectiva;
- A eleição decorrerá em todas as sedes das Secções do Distrito do Porto, entre as 15h00 e as 20h00
- **As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00**

### SABROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sabrosa, para reunir no próximo dia 23 de Julho de 2016, (sábado) pelas 20h00, na sede da Junta de Freguesia de Sabrosa, sita na Av. Combatentes da Grande Guerra, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

**Notas**

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, na sede da distrital, sita Av. Europa. Ed. Encostas do Rio, Ent. 7 - 2º - Vila Real, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, a sede estará aberta naquele dia das 22h00 às 24h00.
- As urnas estarão abertas das 20h00.às 22h00

### SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 28 de Junho de 2016, pelas 21h00, na nova sede, sita no Largo Cândido dos Reis, nº 12, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Planos de desenvolvimento estratégico do Concelho de Santarém
- 4 - Plano estratégico de valorização e comunicação turística

### VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo para reunir, no próximo dia 15 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório do Hospital S. José (ao lado do Centro de Saúde), sito na Rua Dr. Germano Amorim - Arcos de Valdevez, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Sessão temática "Desafios para os territórios de Baixa Densidade" com a participação do Prof. Luis Leite Ramos
- 2 - Análise da situação

**CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoco o I Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 9 de Julho (sábado), pelas 16 horas, na sede concelhia da JSD do Cadaval, sita Rua D. Fernando, nº 12, 2550-141, Cadaval, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação do programa do Diretor do Gabinete de Estudos Distrital;
2. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para a Formação;
3. Apresentação do programa do Diretor de Informação Distrital;
4. Apresentação do programa do Coordenador Distrital dos JASD;
5. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para o Ensino Superior;
6. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para o Ensino Básico e Secundário;
7. I Painel Temático: Agricultura - Potencialidades e Caminhos de Desenvolvimento.

**PORTIMÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoco Plenário Concelhio para o próximo dia 30 de Julho de 2016, sábado, pelas 21 horas, sita na rua Infante Dom Henrique, número 110, 8500-689 Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário Concelhio da JSD/Portimão

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem o faça substituir estatutariamente, até às 20:59 do terceiro dia anterior ao do ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos aos órgãos concelhios da JSD.

Mais informo que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber, das 21h às 23h.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE  
AO POVO LIVRE ANTERIOR  
NESD DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade de Coimbra, a reunir em Plenário Eleitoral no próximo dia 16 de Julho de 2016 (Sábado), pelas 17 horas, na Sede do PSD/JSD Coimbra, situada na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 – 3000-350 Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade de Coimbra, Mesa do Plenário e Comissão Política.

Notas:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua estatutariamente até às 23h59m do terceiro dia útil anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/JSD Coimbra, situada na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 – 3000-350 Coimbra, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de 5 horas, entre as 17h e 22h.